

## Agência de Inovação Social e Extensionismo Universitário

---

**Autor:** Hastenreiter Filho, Horacio Nelson\*

**Contacto:** \*[hnhfilho@gmail.com](mailto:hnhfilho@gmail.com)

**País:** Brasil

### Resumo

Dentre as atividades de extensão desenvolvidas nas universidades brasileiras, vêm ganhando relevância aquelas associadas à inovação social e a produção de tecnologias direcionadas para mitigar e/ou resolver problemas das comunidades e representatividades sociais menos favorecidas pelo processo desigual que marca a sociedade brasileira. Verifica-se, no entanto, que os resultados das ações poderiam ser mais efetivos e difundidos, caso se estabelecesse uma ação coordenada e articulada entre as diferentes unidades de ensino e os diferentes grupos que desenvolvem atividades de extensão. É, justamente, visando uma maior sustentabilidade e replicabilidade das tecnologias sociais desenvolvidas e uma ação mais coordenada, que se projeta uma Agência de Inovação Social (AIS) na Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo como objetivo maior a articulação e aproximação entre oferta e demandas de tecnologias sociais, permitindo que as problematizações e resoluções estejam mais integradas.

No presente trabalho, são apresentados os principais objetivos da Agência, que se encontra em processo de criação, as suas atividades estruturantes, a sua proposta de desenho organizacional e as ações demandadas para a sua estruturação. São apresentadas, ainda, algumas ações de benchmarking previstas com o objetivo de identificar e absorver boas práticas de outras iniciativas com propósitos semelhantes no país. Os dois principais produtos tecnológicos associados à AIS são um espaço de articulação entre provedores de tecnologias sociais e demandas estruturadas e um Banco de Tecnologias Sociais (BTS) com informações suficientes para que essas tecnologias possam ser compreendidas e replicadas, ampliando os seus resultados além dos níveis localizados e restritos que geralmente são observados nas suas aplicações e permitindo replicabilidade e, conseqüentemente, a escalabilidade. Finalmente, é apresentada uma proposta de articulação entre as atividades desenvolvidas pela Agência e a ação extensionista no âmbito da UFBA.

**Palavras-chave:** inovação social; extensão universitária e ambientes de inovação.

### 1. Introdução

Muitos são os autores que destacam o elitismo da agenda científica e o seu distanciamento das questões sociais. Segundo Dagnino (2009), 40% do orçamento de C&T do Brasil vão para a P&D na empresa, 37% para os programas de interesse do próprio governo, 21% para a comunidade de pesquisa e apenas 2% para as Tecnologias Sociais. Para que se compreenda esta realidade como um problema, é importante distinguir as Tecnologias Sociais (TS) das Tecnologias Convencionais (TC). Destas últimas, dois aspectos merecem ser destacados: a preocupação com a maximização da produtividade da mão-de-obra ocupada e a sua segmentação, que impede o controle do produtor direto. Já as tecnologias sociais, num sentido amplo, voltam-se para o desenvolvimento da sociedade. Segundo a Agência de Inovação da Universidade Federal Fluminense (2023), a tecnologia pode ser classificada como social quando se propõe a atuar sobre um problema social; quando seus valores estão informados pelo desenvolvimento da sociedade, não do mercado, ou seja, quando a ideia de social se apresenta como alternativa ao capital.

Para o presente trabalho, o desenvolvimento da sociedade quando norteadora da perspectiva da caracterização das tecnologias sociais enseja duas possibilidades. A primeira delas é a tecnologia para o social. Nesse caso, a tecnologia social está voltada para resolver problemas de uma parcela da sociedade, via de regra, a mais desassistida e vitimada pela desigualdade que caracteriza a realidade social, em especial, no Brasil. A segunda é a tecnologia pelo social. Nesse caso, trata-se da construção de tecnologias que estimulem o processo de interação social, criando ferramentas que incrementem e qualifiquem o processo de interação social entre os diferentes tipos de atores.

A proposta da Agência de Inovação Social (AIS) aqui apresentada procura articular as duas vertentes apresentadas acima. A AIS se pretende um espaço inovador em termos de produção de tecnologias que aprimorem o processo de interação social entre atores que têm como objetivo o desenvolvimento de tecnologias que mitiguem/resolvam problemas enfrentados pela camada mais desassistida da nossa sociedade.

O objetivo geral do artigo é, portanto, o de apresentar a proposta de Agência de Inovação Social (AIS) da UFBA como um ambiente que promove o desenvolvimento de tecnologias pelo social para aplicação na produção de tecnologias para o social e como as suas atividades podem contribuir para a qualificação e ampliação do extensionismo universitário.

Deste objetivo geral, derivam-se os seguintes objetivos específicos:

1. Conceituar as tecnologias sociais
2. Discutir requisitos e demandas que estimulem o processo de desenvolvimento de tecnologias sociais
3. Apresentar a Agência de Inovação Social como ambiente de inovação que estimula o processo de desenvolvimento de tecnologias sociais
4. Apresentar uma proposta de desenho organizacional para a AIS
5. Apresentar uma proposta para articulação da agência com as atividades extensionistas relacionadas ao ensino.

Além deste item introdutório, quatro outros complementam o presente artigo. No próximo item, será apresentado o referencial teórico. No seguinte, a metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho. Antecedendo as considerações finais, serão apresentados os resultados obtidos, nos quais encontram-se a proposta para a Agência em termos de objetivos cobertos, o seu desenho organizacional e de relação com as atividades extensionistas desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior.

## **2. Referencial teórico**

Uma vez que a presente proposta apresenta a Agência de Inovação Social no contexto da valorização da atividade extensionista nas Instituições de Ensino Superior (IES), esse referencial teórico é dividido em três etapas: a caracterização do extensionismo universitário, a apresentação da relação entre ciência e sociedade e a conceituação das tecnologias sociais.

### **2.1. Ciência, Tecnologia e Sociedade**

Segundo Cachapuz et al. (2005), há várias concepções equivocadas sobre a ciência. Entre elas, a visão de uma ciência descontextualizada, afastada de tudo e de todos e sem envolvimento da sociedade. Alguns autores, como Marulanda (2019), entendem que a superação dessa visão está atrelada à própria educação científica. Para essa autora, é de suma importância formar cidadãos nos temas da cultura científica, implicando-a com a sociedade. Em um contexto como o atual, de enormes adversidades ambientais, riscos

pandêmicos crescentes e deterioração da qualidade de vida em diversos aspectos, uma ciência mais real, humana e socialmente responsável seria imperativa.

Há no *mainstream*, no entanto, um raciocínio simplista de que o desenvolvimento tecnológico teria, por si só, o poder de transformar a sociedade. Novaes e Dagnino (2004) criticam esta visão, a qual passaria pela noção de neutralidade da tecnologia, já que ignora elementos subjetivos e históricos, como a luta de classes, por exemplo. Essa forma de enxergar o desenvolvimento tecnológico entende como natural a produção de novas tecnologias capazes de resolver/mitigar os problemas sociais.

Antes da introdução do conceito de Tecnologias Sociais (TS) é imperativo interpretar a ciência e tecnologia como processos sociais que se desenvolvem a partir da relação entre diferentes grupos de atores. As percepções sobre as relações entre demandantes e ofertantes de tecnologias, muitas vezes, ignoram a dificuldade do potencial beneficiário de demandar o socorro tecnológico aos seus problemas e, portanto, a necessidade de ações catalisadoras para que a ciência e a tecnologia estejam verdadeiramente articuladas com o interesse social.

## 2.2. Tecnologias sociais

Segundo Dagnino (2009), a explicitação do conceito de Tecnologias Sociais (TS) lida com o desafio do seu uso em um conjunto muito abrangente e ideologicamente heterogêneo de atores, o qual procura abrigar desde os que entendem a TS como um elemento das propostas de Responsabilidade Social Empresarial até aqueles que procuram contextualizá-la na construção de uma sociedade socialista. Na visão deste autor, Tecnologia Social (TS) é um conceito que se relaciona a um tipo de economia distinta, classificada por França (2008) e outros autores como economia solidária. Para Dagnino (2011), a TS resulta da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho, envolvendo a propriedade coletiva dos meios de produção e um acordo social forjado no associativismo, resultando em um ambiente produtivo de controle autogestionário e uma cooperação de tipo voluntário e participativo. Neste caso, o produto resultante do trabalho conjunto é dividido pelo coletivo.

No presente trabalho, a definição de uma tecnologia como social está atrelada à sua finalidade. Será social, portanto, quando estiver voltada para a mitigação e/ou resolução de um problema social, seja por envolver as vítimas das condições desiguais da sociedade capitalista ou por intervir positivamente nas relações entre os envolvidos na sua produção e/ou nas relações entre os que produzem a tecnologia e aqueles que dela se beneficiam. No primeiro caso, implicando em participação, empoderamento e autogestão dos seus beneficiários (Jesus e Costa, 2013). Um dos aspectos mais importantes para caracterização das TS é, portanto, o processo de mobilização e engajamento das comunidades beneficiadas (Clinical and Translational Science Awards Consortium, 2011).

Desse modo, para evitar efeitos anedóticos e restritos das Tecnologias Sociais, entre os principais requisitos, durante o seu processo de concepção e desenvolvimento, está a associação a um processo de preparação dos atores das comunidades e territórios beneficiados que garanta a mobilização comunitária. Nesse contexto, por exemplo, a comunidade engajada na melhoria das condições de saúde deve ser compreendida não somente como os que se beneficiarão das melhorias de condição de saúde proporcionadas pela tecnologia como também pelos acadêmicos, profissionais de saúde pública e formuladores de políticas.

Durante a proposição e escopo de atuação da AIS, estarão contempladas propostas de atuação que suportem os dois tipos de engajamento acima apresentados.

### 2.3. Extensionismo universitário

A Extensão Universitária é pouco reconhecida pela sociedade em termos do seu papel de articulação entre o Ensino e a Pesquisa. Menos, ainda, em termos do seu potencial para a distribuição de renda e de conhecimentos, com efeito no desenvolvimento do país (Deus, 2019). Apesar dos diversos projetos, programas e ações extensionistas desenvolvidos pelas instituições de ensino superior brasileiras, há uma incompreensão externa quase generalizada em relação aos seus objetivos, teorias, metodologias e públicos envolvidos nas suas práticas.

O Artigo 207 da Constituição Brasileira define que ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis. No entanto, essa última ainda é vista como uma opção menos nobre, uma espécie de “terceira via” ou “filha pobre” dentro das universidades brasileiras (Deus, 2019).

Segundo a Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e que objetiva dar concretude ao potencial educativo e formativo da extensão, as universidades devem inserir as atividades extensionistas na grade curricular de todos os cursos de graduação e regulamentá-las como prática acadêmica. Segundo o artigo 4º, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de carga horária estudantil dos cursos de graduação, as quais devem fazer parte da matriz curricular dos cursos. A mesma resolução, em seu artigo 7º, caracteriza as atividades de extensão como intervenções que envolvem diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante.

Para o Fórum de pró-reitores de extensão das universidades brasileiras (FORPROEX), as atividades de Extensão Universitária devem estar progressivamente mais presentes na formação do estudante, ampliando o universo de referência que ensinam e proporcionando o contato direto com as grandes questões contemporâneas. A perspectiva associada a esta visão de extensão, segundo o Fórum, tem o potencial de enriquecer a experiência discente em termos teóricos e metodológicos e, ao mesmo tempo, abrir espaços para a reafirmação e a materialização dos compromissos éticos e solidários da universidade pública brasileira.

A questão que se apresenta, no entanto, é que o cumprimento dessa visão extensionista requer uma forte articulação com a sociedade. Para a efetivação da contribuição das atividades de extensão nas grandes questões contemporâneas, é necessária a identificação e compreensão destas questões. Para tal, é imprescindível uma maior apreensão das demandas das comunidades e territórios, de forma que suas questões, problemas e demandas se coloquem na alça de mira das atividades extensionistas.

A proposta da Agência de Inovação Social que será apresentada tem como objetivo principal aproximar as questões das comunidades e territoriais das atividades extensionistas, criando ferramentas para aprimorar a interação com os potenciais beneficiados dessas atividades e, ao mesmo tempo, vencendo o desafio, relatado por Menéndez (2013), de aproximar a atividade de extensão da agenda de ensino e pesquisa.

### 3. Metodologia

A identificação do método científico tem um importante papel na legitimação do conhecimento adquirido empiricamente. Sendo o conhecimento obtido pelo método científico, infere-se que pesquisadores que repitam a investigação, nas mesmas circunstâncias descritas, poderão obter resultados semelhantes (Richardson, 1999).

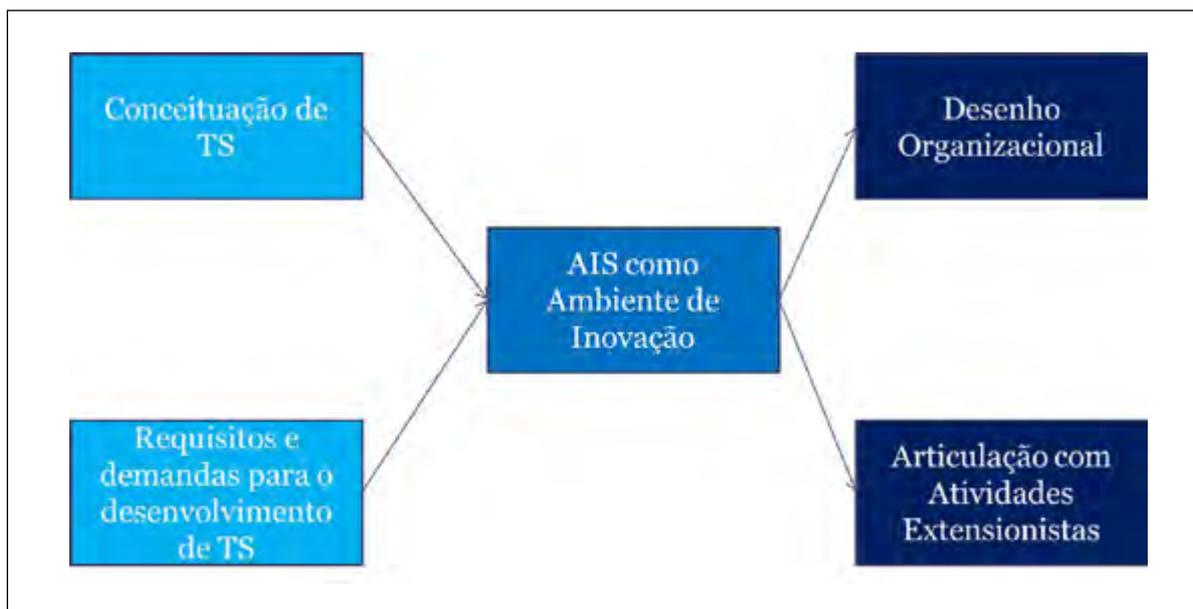
O cerne do trabalho proposto é a apresentação de uma proposta para uma Agência de Inovação Social. Sendo assim, é evidente que o conhecimento aqui gerado pode ser aplicado, ajudando a especificar e melhorar o funcionamento de uma estrutura que tem como objetivo primordial impulsionar a geração e a

difusão de inovações sociais. Desse modo, o resultado permite o enquadramento da pesquisa que subsidia o trabalho como pesquisa aplicada.

O artigo enquadra-se no modelo revisão integrativa, que é um tipo de revisão na qual o autor explora o tema por meio da investigação, mas produz um texto mais livre (Whittemore, 2005). No caso em pauta, explora-se a relação entre ciência, tecnologia e sociedade, a diferenciação das tecnologias sociais das convencionais e a relação da extensão com o ensino para a apresentação de uma proposta integradora. A AIS, aqui especificada caracteriza-se como um ambiente de inovação que aproxima o processo de desenvolvimento tecnológico das demandas sociais e inclui este processo na relação integrativa que deve se conceber para a extensão, o ensino e a pesquisa.

Na Figura 1, a seguir, percebe-se que o conceito de Tecnologias Sociais e os requisitos e demandas para o seu desenvolvimento são insumos para a concepção da AIS. Essa, por sua vez, é desenhada para o cumprimento do seu papel de usar a inovação a favor da produção de tecnologias sociais e, ao mesmo tempo, fortalecer a extensão como uma ferramenta aplicada à qualificação do ensino e direcionamento da pesquisa às necessidades sociais.

FIGURA 1. Articulação entre os objetivos específicos do trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4. Resultados

A apresentação da proposta para a AIS é dividida em três etapas complementares e articuladas. A primeira delas é a delimitação dos seus objetivos para que se compreenda o papel previsto. A segunda é apresentar um desenho organizacional capaz de dar conta destes objetivos. Finalmente, é apresentada a proposta de integração da Agência à agenda universitária extensionista.

##### 4.1. Delimitação dos objetivos da AIS

A AIS tem a sua materialização associada à articulação de atividades que a Universidade Federal da Bahia (UFBA) vem desenvolvendo, de forma abrangente e relevante nos últimos anos. Somente no Congresso

UFBA 2023, mais de 150 das 900 mesas de reunião trataram de apresentações de pesquisas e ações extensionistas relacionadas às tecnologias sociais. No entanto, na Universidade essa ação é dispersa e pouco integrada, dificultando a inserção de discentes e outros docentes nas ações em curso.

Outro problema enfrentado é a falta de escalabilidade das ações desenvolvidas. Muitas vezes, uma tecnologia social é desenvolvida, mas sua utilização fica restrita ao tempo e escopo de um projeto, deixando de beneficiar diversas comunidades e territórios que possuem demandas semelhantes às atendidas pelas soluções desenvolvidas. Igualmente importante, também, é considerar o potencial que a visibilidade desse tipo de produção tecnológica pode trazer para a aproximação do ensino das atividades extensionistas.

Face ao diagnóstico apresentado, estes são os principais objetivos associados ao desenvolvimento da Agência de Inovação Social na UFBA:

1. Buscar a integração de competências dispersas nas unidades da Universidade;
2. Aproximar a UFBA da sociedade, ampliando em escopo e relevância a sua ação extensionista;
3. Aproximar demanda e oferta de tecnologias sociais;
4. Garantir que produtos e soluções gerados a partir de ações desenvolvidas na Universidade possam se difundir a partir da gestão do conhecimento aplicada às tecnologias sociais desenvolvidas;
5. Apoiar o cumprimento do regimento da Universidade, o qual explicita o cumprimento de 10% da carga horária total dos cursos de graduação em atividades de extensão;
6. Aproximar as atividades de ensino e pesquisa das demandas sociais;
7. Promover a cidadania e a interação social entre toda a comunidade UFBA.

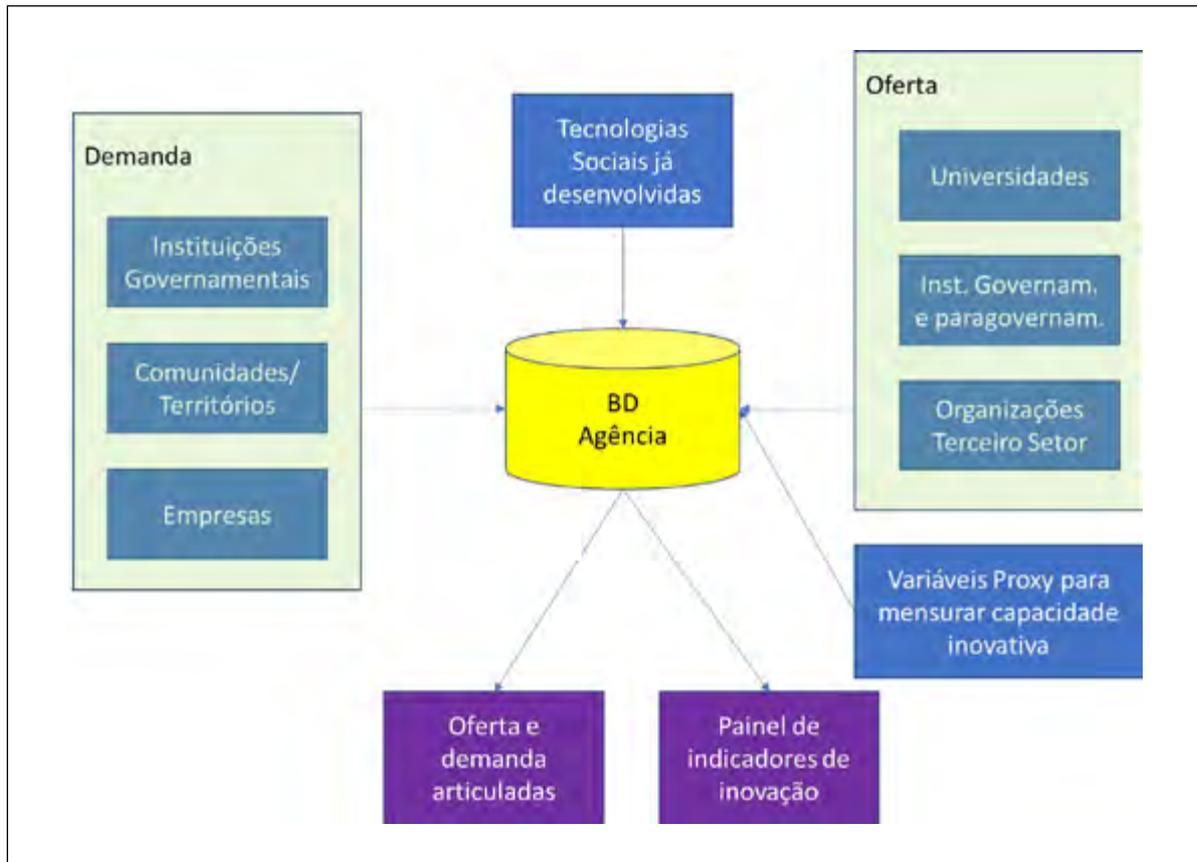
#### 4.2. Desenho organizacional da AIS

Os objetivos estabelecidos para a AIS deixam claro o papel da estruturação da informação para o seu atingimento. Desse modo, bases de dados para armazenar demandas de tecnologias sociais e a capacidade de oferta são essenciais para a promoção da articulação oferta-demanda. Uma vez que a ação extensionista prevista baseia-se não somente no processo de criação de tecnologias sociais (inovação social), mas também na sua difusão, uma base de dados com tecnologias sociais já desenvolvidas e perfeitamente descritas para a sua replicabilidade cumpre uma função importante.

A compreensão da concepção e viabilização da Agência como ações suportivas ao processo de gestão da inovação evidenciam a necessidade de se conceber mecanismos avaliativos para a compreensão do seu impacto no processo inovativo. Sendo assim, a Base de Dados da AIS inclui também um painel de indicadores desenvolvido a partir da sua alimentação com variáveis proxy do impacto trazido na capacidade inovativa.

A consolidação do atendimento aos requisitos acima relacionados resulta na representação geral das atividades da Agência, apresentada na Figura 2, a seguir.

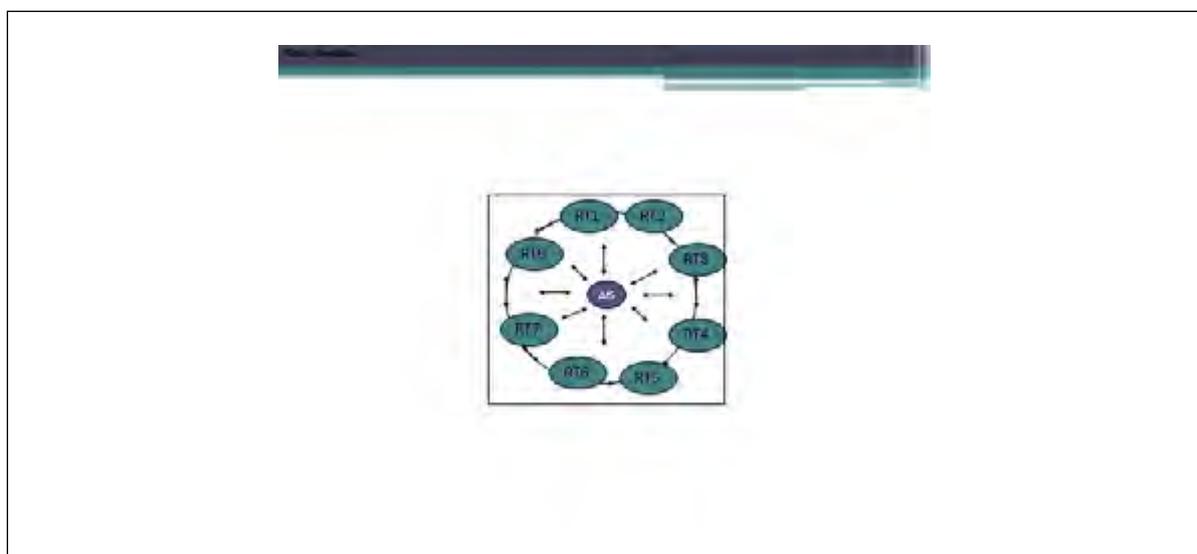
FIGURA 2. Representação Geral das Atividades da Agência



Fonte: Elaborado pelo autor.

A Figura 3, a seguir, apresenta a visão da estrutura gestora da Agência como irradiadora de informações e ferramentas entre grupos de pesquisadores que devem se organizar na forma de redes temáticas.

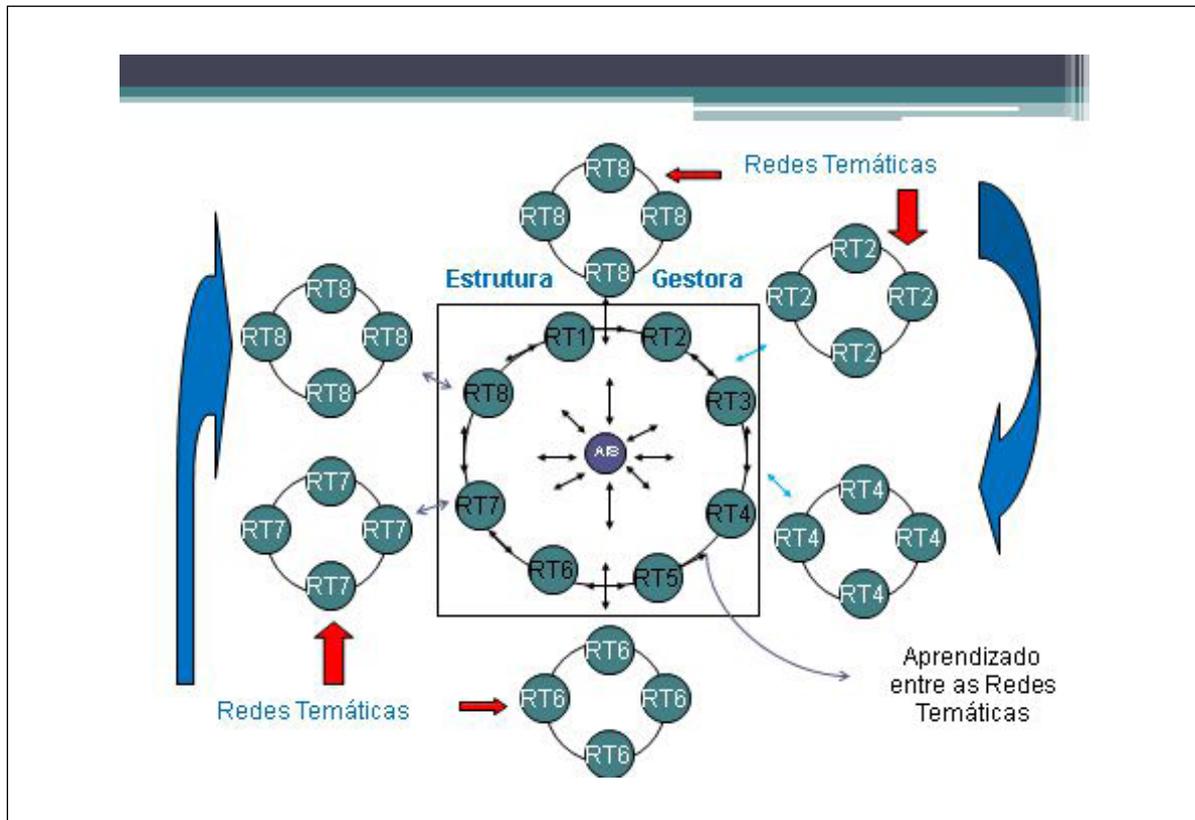
FIGURA 3. Agência de Inovação Social como provedora de informação e articuladora das redes temáticas



Fonte: Elaborada pelo autor.

A Figura 4, por sua vez, apresenta a Agência como articuladora de uma rede de redes que distribuem-se em temas diversos como saúde, educação, combate à violência, promoção da diversidade etc. Observa-se, ainda, que a AIS estimulará a aprendizagem entre as redes temáticas.

FIGURA 4. AIS como articuladora de uma rede de redes de inovação social



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a concepção desses desenhos organizacionais, algumas ações de benchmarking foram realizadas como o mapeamento das instituições/grupos/iniciativas de produção e difusão de Tecnologias Sociais, observando as suas ações, a exemplo do Instituto Kairós, das AISs da UFRJ e da UFF, do Instituto Xingó etc. A inspiração para a base de dados para a difusão de tecnologias sociais veio da identificação de Bancos de Tecnologias Sociais como o da Fundação Banco do Brasil. A avaliação crítica das informações providas e da forma como estão estruturadas, determinarão a especificação de uma estrutura de dados que favoreça o objetivo de difundir tecnologias sociais.

Complementarmente, outras competências deverão ser somadas à Agência para o cumprimento dos objetivos aqui estabelecidos. Dentre as atividades estruturantes da Agência, destacam-se:

- Desenvolvimento de procedimentos e seleção de ferramentas para diagnóstico e levantamento de problemas junto a comunidades e territórios;
- Desenvolvimento e seleção de ferramentas para estabelecimento de atuação conjunta com as comunidades envolvidas;
- Desenvolvimento de metodologia de aplicação e apropriação de Tecnologias Sociais;
- Mapeamento de grupos e coletivos, com respectivas ações, que desenvolvem tecnologias sociais/

intervenciones em algumas das temáticas que poderão ser trabalhadas nas redes temáticas, entre elas: educação, cultura, saúde, diversidade, redução de violência contra jovens e adolescentes etc.

#### 4.3. Integração da Agência à Agenda Universitária Extensionista

A extensão na Universidade Federal da Bahia é uma atividade de extrema relevância. Os diferentes cursos e unidades da UFBA desenvolvem ou apoiam o desenvolvimento de atividades e de tecnologias impactantes nas mais diversas áreas temáticas. No presente ano, essas atividades passam a representar 10% da carga horária de ensino nos cursos de graduação, o que indica a necessidade de torná-las ainda mais presentes e mais representativas no tripé universitário, constituído de ensino, pesquisa e extensão.

Dentre as atividades de extensão desenvolvidas na nossa Universidade, vêm ganhando relevância aquelas associadas à inovação social e a produção de tecnologias direcionadas para mitigar/resolver problemas das comunidades e representatividades sociais menos favorecidas pelo processo desigual que marca a nossa sociedade. Verifica-se, no entanto, que os resultados das ações poderiam ser mais efetivos e difundidos, caso se estabelecesse uma ação coordenada e articulada entre unidades e os diferentes grupos extensionistas.

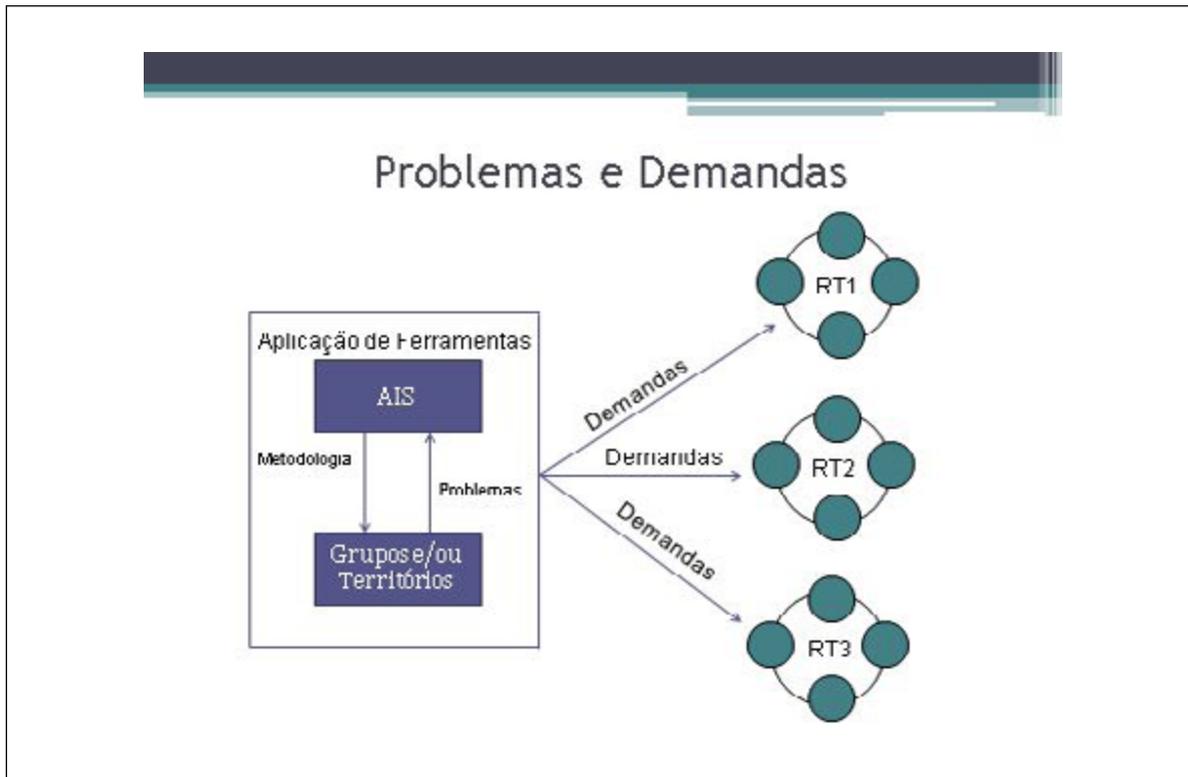
As atividades extensionistas no ensino se dividem em componentes curriculares não específicos de extensão, o qual prevê horas de atividades extensionistas nos componentes curriculares não específicos de Extensão e na criação de componentes curriculares específicos de extensão, já inseridos na matriz curricular do curso.

No primeiro caso, as demandas cadastradas na base de dados da AIS podem ser fonte de inspiração para um trabalho específico de uma disciplina. Como exemplo, poderíamos ter demandas relacionadas à educação sendo trabalhadas como projetos de intervenção no contexto de uma disciplina voltada para a discussão de políticas públicas educacionais. No segundo caso, as Ações Curriculares em Comunidade e em Sociedade (ACCS), caracterizadas como componentes curriculares, modalidade disciplina, de cursos de Graduação e de Pós-Graduação, podem ampliar a sua participação na grade universitária, permitindo que os estudantes e professores da UFBA, em uma relação com grupos da sociedade, desenvolvam ações de extensão no âmbito da criação, tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento em torno de problemas destacados pelas comunidades e territórios.

Os discentes poderão estar envolvidos, ainda, no processo constitutivo das Agências, participando do atendimento às demandas de pesquisa e de estruturação de informações relacionadas à construção das ferramentas necessárias para que a Agência cumpra o seu papel, bem como no levantamento e estruturação de informações relacionadas às tecnologias sociais já desenvolvidas, as quais estarão dispostas na base de dados da AIS com o objetivo de promover a escalabilidade a partir da difusão. Uma outra demanda estruturante para a Agência é o mapeamento de grupos e/ou coletivos que desenvolvem tecnologias sociais/intervenções nas temáticas de educação, cultura, saúde e economia solidária, incluindo as ações e tecnologias desenvolvidas.

O processo aqui relatado depende, para a sua viabilização do sucesso na aplicação de ferramentas junto ao território e às comunidades, de modo que as demandas possam ser estruturadas para ação das redes temáticas, estas as responsáveis finais por envolver os alunos nas atividades extensionistas. Os papéis da AIS e das redes temáticas neste processo estão representados na Figura 5.

FIGURA 5. Tecnologias sociais aplicadas no levantamento de problemas e demandas



Fonte: Elaborado pelo autor.

### 5. Considerações finais

A proposta para a Agência de Inovação Social da UFBA aqui apresentada é o objetivo principal do trabalho. Além desse, verifica-se o atingimento de cada um dos objetivos específicos propostos. Como pode ser depreendido do trabalho, o sucesso de um ecossistema de inovação, tanto quanto da presença de atores relevantes para o processo inovador, não prescinde da articulação entre esses atores. O papel aqui proposto para a AIS é exatamente o de facilitador dessa relação, sobretudo como promotor da associação entre oferta e demanda de tecnologias sociais e como provedor de ferramentas e metodologias para o desenvolvimento dos processos sociais necessários à dinâmica inovativa.

A proposição de um desenho organizacional favorável à articulação dos principais atores do sistema de inovação local é condição necessária, mas insuficiente para que se tenha êxito na proposta de resolver e/ou mitigar os problemas sociais a partir de ferramentas tecnológicas. Incluir, no entanto, a articulação social como processo inserido na ação da AIS muda de patamar as possibilidades de êxito, dadas as características demandadas de engajamento dos beneficiários das tecnologias não somente na caracterização dos problemas que elas ajudarão a superar, mas também na sua apropriação.

Por outro lado, a articulação da Agência com o extensionismo universitário tem o potencial de resignificar a extensão na universidade pública, permitindo que ela cumpra efetivamente o seu papel precípua que é o de estender a universidade à sociedade, promovendo não somente a troca de saberes científicos, mas colocando-os à disposição da melhoria efetiva da qualidade de vida da última.

A partir do andamento do projeto em curso, trabalhos avaliativos deverão ser produzidos, no sentido de mensurar em que medida os objetivos estabelecidos para a AIS estão sendo atingidos na prática. Com-

plementarmente, parece ser interessante a adoção de uma abordagem baseada em estrutura, práticas e resultados, confrontando o desempenho da Agência de Inovação da UFBA com outras iniciativas em curso e identificando desenhos organizacionais e práticas que vêm se mostrando mais efetivos para atingimento dos objetivos estabelecidos, permitindo a sua absorção pelas demais instituições de ensino superior já voltadas para a produção de tecnologias sociais e sua aplicação em novas instituições.

### Referências Bibliográficas

- Agência de Inovação Universidade Federal Fluminense (2023, 10 de junho). *Tecnologia Social*. [https://tecnologiasocial.uff.br/?page\\_id=5764](https://tecnologiasocial.uff.br/?page_id=5764)
- Arocena, R. (2011). Curricularización de la extensión: por qué, cuál, como? In arocena, Rodrigo et al., *Integridad: tensiones y perspectivas. Cuadernos de Extensión nº 1*. Comisión Sectorial de Extensión y Actividades em el Medio; Udelar.
- Cachapuz, A; Gil-Perez, D; Carvalho, A. M. P; Vilches, A. (2005). *A Necessária Renovação do Ensino das Ciências*. Cortez.
- Clinical and Translational Science Awards Consortium; National Institutes of Health; Centers for Disease Control and Prevention; United States, & Clinical & Translational Science Awards Consortium (2011). *Principles of community engagement*.
- Dagnino, R. (org). (2009). *Tecnologia social: Ferramenta para construir outra sociedade*. <http://bit.ly/326Bz9l>
- Dagnino, R. (2011). Tecnologia social: Base conceitual. *Ciência & Tecnologia Social*, 1(1), 1-12. <https://periodicos.unb.br/index.php/cts/article/view/7794/6415>
- Deus, S. de (2020). *Extensão universitária: trajetórias e desafios*. Ed. PRE-UFSM.
- França Filho, G.C. de (2008). A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. *O&S*, 15(45). <https://www.scielo.br/j/osoc/a/yjcjPg73hsgNFQDVpZLpmfzj/?format=pdf>
- Freitas, C. C. G., & Segatto, A. P. (2014). Ciência, tecnologia e sociedade pelo olhar da tecnologia social: Um estudo a partir da teoria crítica da tecnologia. *Cadernos EBAPE.BR*, 12(2), 302-320. doi:10.1590/1679-39517420.
- Jesus, V. M. B.; Costa, A. B. (2013). Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. In Costa, A. B. (Org.), *Tecnologia Social & Políticas Públicas*. Instituto Pólis.
- Marulanda, C. O. (2019). La educación CTS: un espacio para la cooperación iberoamericana. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad*, 14(42), 99-114.
- Menéndez, G. et al. (2013). *Integración, docência y extensión: outra forma de ensinar y de aprender*. UNL.
- Novaes, H.T.; Dagnino, R. (2004). O fetiche da Tecnologia. *Revista ORG & DEMO*, 5(2), 189-210.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas* (3ª ed.). Atlas.
- Whittemore, R, Knaf, K. (2005). The integrative review: update methodology. *J Adv Nurs.*, 52(5), 546-53.